

Identificação e Análise dos Atos Regulatórios Relativos à Pesca Artesanal de Crustáceos Decápodes no Litoral Sul do Estado de São Paulo, Brasil

Leonardo Bayer Pereira¹; Anaís Freitas Silveira¹; Luene Pessoa Vicente¹; Rafael Denis da Silva¹; Fernanda da Rocha Brando¹

1 - Universidade de São Paulo

A pesca artesanal de crustáceos decápodes no litoral sul do estado de São Paulo (SP) representa uma atividade de grande relevância econômica, social e cultural para diversas comunidades costeiras, sendo muitas vezes o principal meio de subsistência de famílias tradicionais. Apesar de sua importância, essa prática enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade dos recursos pesqueiros, à conservação da biodiversidade estuarina e à complexidade do arcabouço regulatório que rege a atividade. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo identificar, compilar e analisar os atos regulatórios que impactam a pesca artesanal de crustáceos decápodes na região, buscando compreender de que forma as normas existentes contribuem ou dificultam o manejo sustentável desses recursos. A metodologia adotada baseia-se em uma pesquisa documental, envolvendo o levantamento bibliográfico e a análise de legislações, decretos, portarias e demais normativas legais vigentes em níveis federal, estadual e municipal, com ênfase naquelas que afetam diretamente a pesca de espécies de camarões, siris, caranguejos e lagostas. Também foi realizada a identificação de lacunas, visando apontar oportunidades de aprimoramento no ordenamento jurídico da pesca artesanal. A análise revelou que a regulamentação sobre os períodos de defeso — ou seja, as épocas de proibição temporária da pesca para garantir a reprodução e manutenção das espécies — encontra-se dispersa entre diferentes documentos legais, dificultando o acesso e a compreensão por parte dos pescadores artesanais. Além disso, observou-se que algumas espécies de interesse para a pesca artesanal sequer possuem períodos de defeso definidos ou normas específicas de captura, como é o caso dos siris, o que representa um risco tanto para a sustentabilidade dos estoques naturais quanto para a conservação da biodiversidade local. Dentre os principais instrumentos legais identificados, destacam-se a Lei nº 11.959/2009, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; a Lei nº 10.779/2003 e o Decreto nº 8.424/2015, ambas regulamentam o benefício do seguro-defeso para pescadores artesanais; e a Lei estadual nº 11.165/2002, que institui o Código de Pesca e Aquicultura do Estado de São Paulo. Também foram analisadas portarias específicas, como a SAP/MAPA nº 656/2022 e as Portarias IBAMA nº 52 e 53 de 2003, que tratam de aspectos técnicos como tamanhos mínimos de captura e delimitação de períodos de defeso na região sul do litoral paulista. Este estudo contribui para a sistematização das normas que regem a pesca artesanal de crustáceos decápodes e fornece subsídios importantes para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas que conciliem a conservação dos ecossistemas marinhos com a manutenção das atividades tradicionais. O presente trabalho também destaca a necessidade de maior integração entre os entes reguladores e de políticas mais claras e acessíveis, que respeitem os saberes locais e promovam a gestão participativa e sustentável da pesca artesanal na região.

Palavras-chave: Pesca Artesanal; Crustáceos Decápodes; Defeso; Conservação; Biodiversidade.